

1.3.21. Processo nº 000135-151/2019

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Pollyanna Fernanda Mota de Queiroz Benevides

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa, eventualmente, praticado por Pollyanna Fernanda Mota de Queiroz Benevides e/ou outros.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme incidência do Enunciado nº 3 do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

1.3.22. Processo nº 000176-151/2014

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Pará - TCM/PA

Requerido(s): Sergio de Souza Pimentel

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa na prestação de contas da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Belém - SEURB.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, eis que não se vislumbra no caso em apreço, atos improbos com culpa grave ou dolo, nos termos da Lei nº 8.429/1992, que pudessem caracterizar dano ao erário, além do que a pretensão sancionatória esvaiu-se dada a incidência da prescrição.

1.3.23. Processo nº 000460-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no convênio "Saúde e Cidadania a Serviço da População".

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito, com lastro nas Súmulas n.º 002/1998 e n.º 002/2017 e no Enunciado nº 18, todos do CSMP/PA, visto que não cabe a este E. Colegiado rever a promoção de arquivamento de questões judicializadas, nem de matéria criminal.

1.4. Processos de Relatoria da Conselheira DULCELINDA LOBATO PANTOJA:

1.4.1. Processo nº 000320-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Papa João Paulo XXII - FUNPAPA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.2. Processo nº 000264-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar irregularidade em relação a suposto pagamento superfaturado pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.3. Processo nº 000187-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): ASIPAG e Empresa A.H.T. DOS SANTOS

Origem: 3º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar irregularidades constantes no Relatório de Auditoria nº 066/2008 da Auditoria Geral do Estado do Pará sobre a Dispensa de Licitação nº 2007/51721.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.4. Processo nº 000243-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): IPAMB -Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Regime de Previdência Social do Município de Belém.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.5. Processo nº 000107-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP

Origem: 1º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas Irregularidades relacionadas à inexigibilidade de Licitação nº 002/2016 da SEGUP.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.6. Processo nº 001345-116/2013

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESP

Origem: 4º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar irregularidades apontadas no Relatório de Fiscalização nº 40/2009-SESPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.7. Processo nº 000033-125/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém - PMB

Origem: 3º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo Belém

Assunto: Solicitação popular para a construção de uma ponte com duplo sentido para automóveis que permita o acesso entre Travessa Timbó e a Passagem das Flores, no Canal do Galo, Telégrafo.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO do presente Inquérito Civil, recebendo-o para fins de comunicação ao Conselho Superior da promoção do arquivamento, e nos termos do art. 12 da Resolução Nº 174/2017/CNMP, DETERMINOU SEU ARQUIVAMENTO NA PROMOTORIA DE ORIGEM como Procedimento Administrativo.

1.4.8. Processo nº 000092-012/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém - SAAEB

Origem: 4º PJ Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades no convênio celebrado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém-SAAEB com o Banco Bradesco S.A.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.9. Processo nº 000138-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Jeová Lopes do Nascimento Júnior e Ricardo Jorge Martins Monteiro

Origem: 1º PJ Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar o desvio de armas do Instituto de Ensino de Segurança do Pará - IESP, Órgão integrante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará - SEGUP e o uso de munições não declaradas na ministração de prova prática de tiro aos alunos da Empresa Max Force - Curso de Formação de Vigilantes.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.10. Processo nº 001264-036/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Benevides Águas S/A (Belágua)

Origem: 4ª PJ de Santa Izabel

Assunto: Apurar possível infração ao art. 54, Lei nº 1.160/2015 e o atendimento da legislação em vigor na exploração, envase, e comercialização de água mineral pela requerida.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.11. Processo nº 000097-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN

Origem: 1º PJ Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia de possíveis irregularidades na Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.12. Processo nº 000504-125/2014